

Novo imposto atinge carro elétrico e bet

Grupo de deputados definiu regulamentação da reforma tributária, que pode ser votada na quarta-feira; carnes não terão isenção

DEBORA

O grupo de trabalho formado na Câmara para analisar a regulamentação da reforma tributária apresentou ontem seu primeiro relatório. O texto incluiu os jogos de azar, físicos e digitais, como as apostas esportivas (bets), e os veículos elétricos na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo. Também chamado de Imposto do Pecado, ele vai tributar itens considerados prejudiciais à saúde e meio ambiente.

Os deputados decidiram ainda deixar as carnes fora da cesta básica com imposto zero, apesar da pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela isenção de proteínas animais mais populares, como frango.

Esse primeiro relatório trata da implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de estados e municípios), em substituição a cinco tributos que recaem hoje sobre o consumo de

bens e serviços (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS).

O objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AI), é concluir a votação antes do início do recesso parlamentar, que começa no próximo dia 18. O governo enviou à Câmara pedido de urgência constitucional para que o projeto seja apreciado diretamente no plenário, sem passar por novas instâncias.

PREJUDICIAIS

"Os jogos de azar são prejudiciais à saúde e deveriam entrar na lista de produtos a serem tributados, assim como incluímos os carros elétricos. É um carro que, do berço ao túmulo (da produção à reciclagem), polui, principalmente no túmulo, diferentemente dos carros a combustão", diz o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), um dos integrantes do grupo.

A inclusão dos elétricos foi uma recomendação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio



Grupo de trabalho alega que carro elétrico gera descarte de bateria

ADRIANO

e Serviços, alegando não fazer distinção entre veículos a combustão, híbridos e sustentáveis e citando a fabricação e descarte da bateria como fatores poluentes.

Segundo os deputados, os caminhões foram poupados do Imposto Seletivo. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que o transporte de carga no País é basicamente rodoviário e que, por isso, deveria escapar da sobretaxa.

Além de veículos elétricos e jogos de azar, a lista cita aeronaves e embarcações; cigarros; bebidas alcoólicas e açucaradas; e bens minerais (como petróleo e minério de ferro). Alimentos ultraprocessados continuaram fora do Seletivo, assim como as armas. O vice-presidente Geraldo Alckmin chamou de "equivoco" o entendimento sobre as armas.

Ha ainda pontos de divergências. Esses pontos serão discutidos nas bancadas", afirmou o deputado Luiz Gastão (PSD-CE), ou-

tro integrante do grupo.

"Qualquer situação diferenciada para algum setor vai impactar a alíquota de referência (do IVA), de 26,5%. Mas acreditamos que conseguimos reduzir essa alíquota pelas melhorias que fizemos no texto", acrescentou ele.

IBENÇÃO NA CESTA

As falas de Lula a favor da isenção de carnes mais populares fizeram crescer a pressão do setor de alimentos sobre os parlamentares pela ampliação dos itens da cesta. Na quarta-feira, no lançamento do Plano Safra, Lula chegou a dizer que ficaria "feliz se puder comprar carne sem imposto".

A inclusão das carnes na cesta, porém, elevaria a alíquota do IVA. Nas contas da equipe econômica e do Banco Mundial, a inclusão das carnes na cesta básica teria impacto de 0,57 ponto percentual no IVA, que iria a 27,1%. (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 1